

der Executivo dispor de verbas para fazer o pagamento daquilo que é devido à categoria.

Então, soma-se, nobre deputado Pinheiro Júnior, às necessidades e às reivindicações de outras categorias de servidores do Estado, também a reivindicação justa, honesta e legal, devida também aos guardas de presídio. Abre um parêntese para dizer, no momento, que a minoria parlamentar, liderada pelo nobre deputado Farabulini Júnior, aqui está para dizer presente, comparecendo a esta sessão, dando número para que se possa discutir e votar esta matéria, que nós achamos que deve merecer de toda a Casa o máximo respeito. Eis, portanto, nobre deputado Pinheiro Júnior, mais um argumento a acrescentar aos argumentos valiosos que V. Exa. vem expetendo a respeito da aprovação do projeto de lei que estamos discutindo, e nós, da minoria, liderada pelo nobre deputado Farabulini Júnior, não nos recusamos a dar número para que possa haver votação.

O SR. PINHEIRO JÚNIOR — No momento, não estou dirigindo crítica nem à maioria, nem à minoria. Estou apenas endereçando um apelo veemente a toda esta Assembleia para que aprecie a matéria sem tardança, para que se possa socorrer de vez esses dedicados servidores da nossa administração, que não vêm pedir nenhum favor, vêm apenas pedir um direito, vêm pedir justiça, vêm pedir que a Assembleia cumpra com o seu dever, concedendo a verba necessária para o pagamento de uma vantagem a que fazem jus pelo seu trabalho produtivo.

Sr. Presidente, ainda ontem recebi nesta Casa um modesto servidor público que, sacando justamente contra um crédito que tem a receber dos cofres públicos, proveniente de licença prêmio em dinheiro, na importância de 315 mil cruzeiros, assumiu compromisso de compra de uma casa em prestações, dando uma pequena entrada, na certeza de que ia receber imediatamente essa licença-prêmio em dinheiro, cujo crédito está contido justamente neste projeto de lei. Espera esse funcionário que a Assembleia vote em tempo necessário essa verba, para que ele receba a licença prêmio em dinheiro a fim de entregar ao seu credor. Isso quer dizer que, se esta Assembleia não votar o projeto dentro de tempo hábil, esse servidor público vai perder 315 mil cruzeiros, que já deu como sinal e princípio de pagamento de uma casa, de uma modesta casa.

Este o apelo que desejava fazer a esta Casa, aos deputados da maioria e da minoria, e a todos aqueles Srs. parlamentares cheios de boa vontade, que aqui estão com o intuito de bem servir à causa pública.

O Sr. Farabulini Júnior (Com assentimento do orador) — Nobre deputado Pinheiro Júnior, V. Exa. é um ardoroso defensor da classe dos servidores públicos. V. Exa. não pode negar, entretanto, que 40% desta Assembleia defende intransigentemente o funcionário público, como V. Exa. A propósito do reajustamento orçamentário, V. Exa., que faz parte da maioria parlamentar, que despacha com S. Exa. o Sr. Governador do Estado, deve fazer justiça à minoria parlamentar, pois que, em primeira discussão, nenhum dos escaninhos regimentais foi usado para atrasar o andamento da proposição. A minoria parlamentar decidiu votar o reajustamento, menos porque despacha com o Sr. Governador (porque não despacha, nenhum dos deputados da minoria parlamentar frequenta os Campos Elísios, ninguém de nós postula benesses) e mais porque tinha em vista o alto espírito público que prevalece em cada uma das consciências de cada um dos deputados da minoria parlamentar. Votou em primeira discussão. Diligente, o líder do governo promove na Comissão de Finanças, rapidamente, a aprovação e, na sessão extraordinária, em segunda discussão, reúne-se a minoria parlamentar, de novo atenta aos mesmos princípios, e deseja votar. Onde estão os Srs. deputados que pleiteiam as benesses do Governador Adhemar Pereira de Barros? (E' dado um aparte anti-regimental)

O Sr. Farabulini Júnior — O nobre deputado Valério Giuli empresta-me a frase que desejo. "Olho, e não encontro ninguém". Ninguém, não digo, porque, vigilante, está o líder do governo aqui. Mas onde estão os deputados do governo que trocaram o Secretário de Estado, afastaram o Professor Zeferino Vaz, para conquistar a Secretaria da Saúde para o Partido Republicano? Acho que estão com Carlos Lacerda, agora; devem estar com Carlos Lacerda, procurando já, a longo prazo, obter uma Secretaria no Governo da Guanabara... E o Presidente do Partido está em Portugal. Quem sabe, conquistando uma Secretaria ou uma Diretoria ou um posto qualquer em Angola... Quem sabe? Portanto, nobre deputado Pinheiro Júnior, V. Exa. defende os professores e nós também os defendemos.

— O SR. PRESIDENTE faz soar a campainha.

O Sr. Farabulini Júnior — O nobre orador permite que eu continue com o aparte? (Assentimento do orador) — Na minoria, temos os deputados Sólton Borges dos Reis, Raul Schwinden, defensores intransigentes do professorado, são deputados da minoria e não da maioria...

O SR. PINHEIRO JÚNIOR — A quem rendo minhas homenagens.

O Sr. Farabulini Júnior — Há na minoria, também, grandes defensores dos ferroviários. Desfilaram hoje, pelo microfone dos apertados, os nobres deputados Orlando Jurca, brilhante deputado, Olavo Haurneaux de Moura, Onofre Gossien. São deputados da minoria, defendendo os ferroviários, que têm, também, interesse na suplementação. Os doentes psicopatas de Franco da Rocha também serão beneficiados com suplementação, pois há uma emenda de 400 milhões de cruzeiros, suplementada pelo Professor Zeferino Vaz, para construir dez anexos psi-

quiátricos para os doentes mentais. Com relação aos guardas de presídios, o Presidente Ciro Albuquerque mostrou-me, na sua sala, um requerimento com seiscentas assinaturas de guardas de presídio. Deputados da minoria aqui estão para defender essa reivindicação: deputados Valério Giuli, José Felício Castelano, Oswaldo Massei, José Lurtz Sabia e outros deputados da minoria que responderam à verificação de presença aqui; nós pedimos e nós respondemos. Agora, quero saber: onde estão os deputados do governo? Esses deputados, senhores funcionários públicos que vão ler amanhã o "Diário Oficial", aqui não estão. Ou o Dr. Adhemar de Barros estará despachando agora, para distribuir as benesses? É preciso que o Sr. Governador deixe de despachar às 5 ou 6 horas da tarde e despache pela manhã, para que haja "quorum"... O pessoal da minoria votou proposição de interesse do governo na sessão extraordinária de ontem, porque o pessoal da maioria aqui não se encontrava. Então, nobre deputado Pinheiro Júnior, ocupei o aparte longamente...

O SR. PINHEIRO JÚNIOR — O que muito me honrou.

O Sr. Farabulini Júnior — ... porque, sendo V. Exa. um defensor intransigente do funcionalismo, acompanhado, é claro, por ilustres Srs. deputados desta Assembleia, quero que diga onde estão os deputados da maioria. O pessoal do P. S. T., que quer a Secretaria do Turismo, o Dr. Ubirajara Kneutdjan, que ficou defendendo a Secretaria do Turismo, sequer sabem que neste instante se discute o projeto de suplementação. Convoquem S. Exas. para votar a suplementação! A V. Exa., nobre deputado Pinheiro Júnior, peço apenas que dirija seus apelos com mais entusiasmo aos deputados da maioria parlamentar, porque nós — inclusive o deputado Sólton Borges dos Reis já ocupou a tribuna para dizer qual a posição da minoria — nós estamos aqui para votar a suplementação ao orçamento, que, por sinal, não foi preparada pelo atual governador, mas sim pelo Prof. Carvalho Pinto e apenas recebida pelo atual governador Adhemar de Barros, que, na sua administração, resolveu promover algumas modificações do orçamento. E estas modificações, no entender da minoria, precisam ser votadas porque o professorado está esperando, os guardas de presídios estão esperando, e outras categorias profissionais, como a dos ferroviários, estão esperando. A maioria que venha aqui para votar. V. Exa. viu que na verificação de presença apenas 44 Srs. deputados responderam. E, se V. Exa. for verificar, 80% dos Srs. deputados era da minoria. Isto que eu queria dizer, nobre deputado Pinheiro Júnior, porque assim V. Exa. colocará melhor a questão. V. Exa. pode se tranquilizar quanto aos deputados da minoria; estamos aqui para discutir a matéria, mas, para votar, queremos os votos dos deputados da maioria.

O SR. PINHEIRO JÚNIOR — Nobre deputado Farabulini, V. Exa. é um ardoroso defensor não só do funcionalismo, não só do professorado, mas de todo o povo de São Paulo. V. Exa., com sua atitude sempre vigilante nesta Casa, tem dado provas, mais de uma vez, do seu amor ao povo de São Paulo.

Não estou dirigindo censuras à minoria, não estou criticando a maioria; estou, sim, fazendo o que V. Exa. e todos aqueles bons deputados desta Casa fazem: um apelo aos meus nobres colegas desta Casa para que aprovem a solução desta matéria.

Citei aqui o caso doloroso de um servidor público que deu um sinal de 315 mil cruzeiros para a aquisição de uma casa e marcou prazo para completar o pagamento na ilusão de que iria receber sua licença-prêmio até o fim do mês. Mas, segundo tudo indica, nobre deputado Farabulini Júnior, ele não vai receber este dinheiro da licença-prêmio em tempo para pagar, para liquidar seu débito.

Esta é a razão pela qual estou apelando à maioria para que vote o projeto. Não estamos criticando ninguém. No início da minha oração, dirigi um apelo a todos. Este é o meu papel nesta Casa. Não me considero único e exclusivo representante do funcionalismo público nesta Casa. Ele tem mais de uma dezena de representantes, inclusive V. Exa. Este é o meu apelo, nobre deputado.

O Sr. Gustavo Martini — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador) Nobre deputado Pinheiro Júnior, nós não somos invejosos. Mas as vezes — eu, principalmente — invejamos a juventude do nobre deputado Carlos Kherlakian. S. Exa. há pouco reclamava neste plenário a presença de deputados ligados à maioria parlamentar desta Casa. E lembrando o nome deste ou daquele deputado, cuja presença não tínhamos o prazer de verificar no plenário, S. Exa. lembrou com seu trato todo especial, que configura o seu coração. Tivemos na legislação passada a honra de uma deferência de V. Exa. em lhe conceder o aparte. Nós não somos deputados da maioria e nem somos deputados da minoria. Eu sou deputado à Assembleia Legislativa de São Paulo. Sempre que se fizer necessário, e esta é a nossa obrigação, chegaremos aqui às 14 horas e daqui só sairemos quando os interesses do povo já não mais reclamarem nossa presença no plenário. Tivemos na legislação passada a honra de termos sido apontados, e outros colegas — e nisso não vai nenhum elogio — como um dos que mais compareceu a esta Casa. E a minoria de hoje, que se constitui a maioria de ontem, sabe que a nossa posição sempre foi aquela, ontem como hoje e amanhã, e é um direito que assiste a qualquer deputado — de não constituirmos um bloco minoritário ou majoritário. Entendemos ser função precípua do parlamentar a sua permanência nesta Casa para apreciação de todas as matérias trazidas a este plenário para um exame apurado, a

fim de que, através do nosso voto, bem ou mal possamos decidir dos interesses destes ou daqueles. Hoje nós assistimos, como ontem, a presença, honrando-nos nas galéias desta Casa, de representantes do funcionalismo, desta ou daquela categoria, e V. Exa. ao folhear a Ordem do Dia, verificará que nós fomos o relator da Comissão de Finanças no reajustamento orçamentário. Se hoje nós estivéssemos integrados politicamente do lado de cá ou do lado de lá, não poderíamos estar, com a independência que sempre nos caracterizou nesta Casa, em condições tais de dizer mais uma vez: "Eu invejo a juventude do nobre deputado Carlos Kherlakian". Que Deus o conserve assim para a felicidade desta Casa, porque através do entusiasmo de S. Exa. quem sabe se nesta hora o telefone já não está mais funcionando, chamando aqueles que, como nós, aqui deveriam estar para atender ao chamamento da votação. E observa-se que, com relação à mensagem governamental, ontem como hoje, como se verificou no governo do Professor Carvalho Pinto, as mesmas manobras se repetem; as mesmas jogadas — e aqui não vai nenhum termo pejorativo — nos entendimentos, nas lutas políticas tão necessárias a um parlamento como o nosso, a uma casa política como é a Assembleia Legislativa de São Paulo. Mas a verdade é que nesta hora não se colocam as coisas de maneira que, se fica de um lado o interesse da maioria, do outro lado ficará o interesse da minoria. Quem deseja decidir, quem deseja votar dispensando mesmo, em última análise, o interesse do atual ocupante dos Campos Elísios, somos nós, deputados, somos nós, representantes do povo no Palácio 9 de Julho.

O SR. PINHEIRO JÚNIOR — Nobre deputado Gustavo Martini, quero render as minhas mais sinceras homenagens a V. Exa. V. Exa. é um homem extraordinário. E vou dizer porque. V. Exa. não reside na Capital. V. Exa. viaja, por dia, de quatro a cinco horas, para vir cumprir o seu dever de bom representante do povo. Portanto, V. Exa. tem, para mim, um mérito em relação aos deputados que residem nesta Capital, principalmente por ser V. Exa. de uma cidade distante cerca de 70 quilômetros de São Paulo — a cidade de Santos — V. Exa. é o primeiro deputado a entrar nesta Casa, diariamente, porque deseja, de fato, fazer alguma coisa, não somente em benefício do povo de Santos, mas em benefício de toda a população do Estado de São Paulo.

Nenhuma censura pode recair sobre V. Exa., nobre deputado Gustavo Martini. Somente elogios podem ser feitos à sua pessoa, porque V. Exa. sempre diz presente quando alguém solicita verificação de presença nesta Casa. E quando acontece de V. Exa. não responder, é porque está, muitas vezes, em outras dependências desta Assembleia ou mesmo fora dela, defendendo os interesses do povo de São Paulo.

Sr. Presidente, gostaria de, mais uma vez, dizer aos meus ilustres pares, quer da maioria, quer da minoria, que não estou dirigindo críticas ou censuras a qualquer Sr. deputado. Estou sim, como um dos representantes do povo, como representante de classe nesta Casa, fazendo um apelo veemente para que votem logo este projeto de lei, dando, desta maneira, tranquilidade, dando mais felicidade a milhares de servidores públicos que, neste instante, estão com os olhos voltados para esta Assembleia Legislativa.

Era este o apelo que eu desejava fazer à Casa.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão. Tem a palavra para discutir, o nobre deputado José Lurtz Sabia.

O SR. JOSÉ LURTZ SÁBIA (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, embora tenha feito a minha inscrição para falar contra o projeto que dispõe sobre o reajustamento de verbas do orçamento vigente, digo que assim procedi porque faço oposição ao atual governo.

Mas não posso, Sr. Presidente e Srs. deputados, fazer tal restrição à suplementação, por vários motivos que passarei a expor: 1.º — Este reajustamento que ora discutimos, não procede do atual governo, e sim, do governo anterior; 2.º — no bojo do projeto, estão contidas várias reivindicações; pagamentos salariais de funcionários de várias categorias. Dentre essas reivindicações, há a das professoras substitutas que aqui estiveram para apelar aos Srs. deputados no sentido de conseguirem que elas recebam, sem mais delongas, os seus minguados vencimentos já em atraso há vários meses.

O Estado não pode, Sr. Presidente e Srs. deputados, contratar alguém sem dar a paga do seu trabalho. Assim como as professoras, o pessoal de obras, humildes trabalhadores de vários setores de atividades do Estado, assim também os guardas de presídio, que vieram assistir esta sessão, em que se está apreciando a suplementação do orçamento.

Sr. Presidente e Srs. deputados, este deputado, que permanentemente comparece a esta Assembleia, um dos primeiros a chegar e um dos últimos a sair, estranha — e quase não pode usar o termo estranhar, por já ter ele provocado celsuma — estranha que a maioria dos Srs. deputados, ou a maioria do governo, ou a parte que dá total apoio ao governo, não se encontre presente para dar aprovação a esta suplementação. Eu não posso, de maneira alguma, entender que o governo tenha dificuldade em manter aqui o número suficiente de Srs. deputados para aprovar este reajustamento. Nós, que somos oposição, aqui estamos respondendo presente, dando número e vida à sessão. Gostaria também que grande número daqueles Srs. deputados que frequentam o Palácio do Governo, que buscam os favores de nomeação, pudessem estar aqui dando o ar de sua graça.

Dizia eu há pouco a um deputado da maioria, que embora sendo adversário implacável do Sr. Governador, sendo oposição sistemática e radical, tinha pena do go-

vêmo, ou melhor, pena do povo, da coletividade, porque o governo só consegue matéria quando atende a determinadas reivindicações, quase sempre de ordem pessoal, e por que não dizer, também partidária.

E assim tem decorrido o andamento deste Parlamento durante tantos meses. Gostaria que houvesse sinceridade no apoio ao governo. Sendo oposição, respeito, em termos coletivos, os altos interesses do Estado e da coletividade. Mas quando se sente que a maioria é oscilante e só funciona em termos de reivindicações de ordem pessoal, aí se sente o fracasso do governo na sua administração.

Falava eu há pouco, como já disse, a um honrado deputado da maioria, a quem disse que tinha pena do governo, ou melhor, do Estado de São Paulo, pois todas as vezes que desejou buscar apoio dos deputados da maioria para as suas proposições, só os encontrou através das benesses, das Secretarias de Estado e de empregos. Basta dizer que quando da discussão da Lei de Caráter Financeiro aprovada por esta Casa, o "Diário Oficial" trazia as suas páginas coalhadas de nomeações.

Hoje, Sr. Presidente, Srs. deputados, conversava com os mecanógrafos que fazem os envelopes de pagamento ou os cheques do funcionalismo público do Estado, e diziam-me eles que os seus vencimentos atingiam 28 mil cruzeiros! Imaginem, nem um operário humilde, que usa macacão, que tem apenas um par de sapatos e um terno por ano, pode viver com 28 mil cruzeiros, quanto mais o enforcado de gravata da classe média, funcionário do Estado, a ganhar 28 mil cruzeiros! Dizia aqueles servidores que 28 mil cruzeiros não era desaforo, era provocação! E, então, situava que ou o funcionalismo público se organiza para impedir que a máquina política transforme o poder público em cabide de emprego, ou isto vai ficar como a velha França antes da queda da Bastilha, em que o funcionalismo recebia e o Tesouro ficava sem um centavo sequer, porque o número de funcionários era tanto que absorvia toda a receita! Então, há a necessidade de se organizar a própria classe do funcionalismo, impedindo o aviltamento de carreiras. Porque a concepção que se tem hoje de um funcionário público é a de que ele é um parasita, um homem improdutivo e que vive apenas tendo o Estado como encosto, quando não é a realidade, pois o grosso do funcionalismo público trabalha; mas existe uma percentagem elevada, que estes sim são os verdadeiros parasitas que, através de cartuchos políticos, das barganhas e dos acordos, chegam a preferir a carreira daqueles que prestam seus serviços durante longos anos no quadro do funcionalismo público.

Sr. Presidente e Srs. deputados, dizia eu aqueles servidores que há a necessidade de racionalização do trabalho nos quadros do serviço público. Porque a promoção é coisa difícil hoje. O cidadão marca passo durante 20, 25 anos, no mesmo posto, e de repente, por uma magia, como milagre, aparece um gaiato porque tem na sua árvore genealógica algumas determinadas posições políticas, e passa por cima, como um avião supersônico, preferindo um número enorme de servidores! E se hoje o funcionalismo público do Estado de São Paulo é mal pago é em razão da inflação de funcionários, porque o Estado possui de 230 a 250 mil cruzeiros, e não havia necessidade dessa quantidade. Se houvesse racionalização, o Estado poderia pagar muito bem o servidor, para que pudesse dedicar tempo integral ao Estado. No entanto, hoje, o funcionário é obrigado a ter um ou dois empregos fora para poder viver com dignidade, porque o Estado não lhe paga o suficiente para ele viver uma vida digna, em razão da nefasta política do emprego e do filhoteísmo.

O Sr. Jayme Daige — V. Exa. permite um aparte?

O SR. JOSÉ LURTZ SÁBIA — Concedo a V. Exa. o aparte, nobre deputado Jayme Daige.

O Sr. Jayme Daige — Nobre deputado José Lurtz Sabia, é do meu dever fixar, uma vez mais, a minha posição com relação a esta lei de real significado. As primeiras palavras são de louvor à minoria pela alta compreensão, pelo elevado propósito ao solucionar assunto de tal relevância, contido nesta proposição. As minhas congratulações também são dirigidas a V. Exa., que, mesmo sendo adversário do Governador do Estado de São Paulo, nesta oportunidade despreza tudo, procurando discutir o projeto com elevação, verificando, ao final, a necessidade de um trâmite mais rápido. Nobre deputado José Lurtz Sabia, sou elemento ligado ao Partido Social Trabalhista. Sou daqueles que menos vezes vai ao Palácio porque não tenho, felizmente, de cuidar de interesses próprios. Irei ao Palácio quantas vezes necessário, para defender reivindicações da minha região, é verdade. Disse ontem, e reafirmo hoje, que não aceitarei sob qualquer condição, nenhum emprego nenhum cargo que me possa ser conferido pelo Governador do Estado. Estou aqui, movido pelos mesmos propósitos da minoria, e em desejo de servir a São Paulo e de servir ainda mais a classe que deve ser beneficiada. Fui prefeito, e posso dizer a V. Exa. que o reajustamento orçamentário, neste regime de inflação, é uma necessidade. Posso dizer que no exercício de 1962 tive de fazer quase que um orçamento paralelo, suplementando verbas orçamentárias, para poder fazer face às necessidades administrativas. Hoje, volto para dizer uma vez mais que sou favorável, pois verifico nesta lei que 12 bilhões, 344 milhões e mais alguma coisa são atribuídos ao pessoal fixo e variável. Nas despesas diversas também estão consignadas verbas para pessoal, em montante superior a 10 bilhões de cruzeiros. Vejo também que na parte de material permanente existem verbas para o pessoal. Estranhei, mas a própria redação define a coisa. E uma lei vo-